

Sedimentando memórias e construindo imaginários: o poder simbólico na edificação de monumentos aos “pioneiros” no sudoeste do Paraná

*Ronaldo Zatta**
*Leomar Rippel***

Resumo

As construções de monumentos públicos voltados à exaltação da Revolta dos Posseiros-1957 no sudoeste do Paraná, intensificados na última década por parte das autoridades regionais constituídas, têm chamando atenção! Isso nos inspirou a discutir a relação da construção de monumentos de vínculos “pioneiristas” como uma forma de consolidação da memória oficial regional, tendo em consideração que o imaginário pode atuar como força reguladora da vida coletiva. Este artigo pretende discutir dois monumentos levantados na cidade de Francisco Beltrão (PR) em homenagem aos sulistas provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O primeiro monumento referencia os “pioneiros” na ocasião do cinquentenário da cidade de Francisco Beltrão; o segundo faz referência aos cinquenta anos da Revolta dos Posseiros. Monumentos que aparentam ter finalidades distintas, mas que cumprem desígnios singulares, exercendo a função de perpetuação do poder político constituído na região.

Palavras-chave: Memória. “Pioneiros”. Monumentos.

Considerações iniciais

Este ensaio tem por pretensão discutir a sedimentação da memória e constituição do imaginário social vinculado à Revolta de 1957¹ no sudoeste do Paraná a partir da construção de monumentos que se intensificaram na região na última década. Tomam-se para análise dois monumentos localizados na cidade de Francisco Beltrão (PR), quais fazem referências aos ditos pioneiros, primeiros colonizadores de descendência europeia oriundos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Sabe-se que nas últimas décadas novas abordagens no campo da história, e das ciências sociais em geral, revigoraram um conjunto imenso de estudos sob o manto da cultura e história social, das mentalidades e dos imaginários. Esse horizonte do conhecimento discute grandes questões em torno das culturas, tradições, etnicidades, imaginários, inovação tecnológica, modernidade/modernização, mentalidades, valores, crenças, mitos, representações coletivas, dentre outras.

Essa realidade é um paradigma que se renova no campo das ciências humanas e conquista cada vez mais espaço e que mais se adéqua aos estudos sobre a memória e imaginário social, pois envolvem, também, os estudos das imagens, símbolos, monumentos ou de suas manifestações na definição de uma determinada realidade, sociabilidades, representações que norteiam a sociedade moderna, determinados grupos sociais e suas reações, confrontos e adaptações, culturas de grupos, etnicidade e suas manifestações cotidianas como festejos, rituais de agregação, religiosidades, entre outros.

A memória trabalha com a reconstrução do passado, o passado é visto na memória como representações, dessa forma, há uma dialética entre memória e esquecimento, para lembrar precisamos esquecer. Nesse sentido, existe um trabalho de elaboração do esquecimento, para que a memória possa se constituir, ou seja, não há resgate de memória, há uma reconstituição de memória. Num “[...] sentido comum, por memória entende-se a faculdade humana de conservar traços e experiências passadas e, pelo menos em parte, ter acesso a

essas pelo veio da lembrança.” (TEDESCO, 2004, p. 35).

Portanto, a memória é dinâmica, é produzida muito mais pelo presente do que pelo passado, ela é em grande parte o futuro do presente, é muito mais presente do que passado, a memória não está em alguma gaveta, para que em alguns momentos seja resgatada. Ela propõe a ideia de movimento, de dinamismo, sendo “preservada” e resignificada na temporalidade. Nesse sentido, Tedesco (2004, p. 74) afirma que “[...] cada sociedade tende, necessariamente, a conservar seu próprio patrimônio cultural, e a transmiti-lo de geração a geração aos seus membros.”

Existe um grande fosso entre o passado propriamente dito e as representações que os grupos sociais fazem deste passado. Por isso, da impossibilidade de construção do passado como de fato os fatos concretos aconteceram, e sim onde os grupos sociais atuando, fazem representações, reconstruções deste passado sob um prisma do presente projetando-se para o futuro, é sempre uma tentativa de reconstrução do passado a partir das forças dos grupos que atuam na mediação da memória, influenciada pelo presente e imaginando o futuro. Portanto, a memória e o imaginário social são resultados de um trabalho permanente do decorrer do tempo, no qual seus conteúdos são de tempos em tempos conservados ou abandonados por grupos humanos concretos.

Adota-se, como compreensão de imaginário social, toda construção imagética da realidade social a qual os indivíduos estão inseridos, como sendo uma representação da realidade de uma determinada sociedade resultante de uma luta permanente entre grupos sociais. As frações dominantes que resultam dessa disputa organizam formas culturais, econômicas e políticas de perpetuar sua representação ideal do real, que legitimam o exercício de dominação. É no imaginário social que as

[...] sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado presente e futuro [...] O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias [...] por símbolos, alegorias, rituais, mitos. (CARVALHO, 1990, p. 11).

Então, a memória e o imaginário social, assim como distintas representações, são disputadas e servem de instrumentos de poder das facções dominantes que convirá ao presente e ao futuro, assim identidade individual e coletiva “[...] é um instrumento de poder, poder pelo domínio da lembrança, da tradição, da sua própria manipulação, de retorno ao passado para servir o presente e o futuro.” (TEDESCO, 2004, p. 90). Nesse sentido, o imaginário tende a fornecer base para a memória coletiva, pois o mesmo também necessita de suportes simbólicos como monumentos, bandeira, rituais, celebrações, saberes, modernidade, formação de nações e de identidades, poder, tradições, entre outros.

A CANGO e os migrantes sulistas

O sudoeste do Paraná recebeu, a partir de 1940, um intenso fluxo migratório de migrantes provenientes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O governo Vargas, preocupado com a segurança das áreas de fronteira, e com as tensões agrárias que estavam ocorrendo no estado do Rio Grande do Sul, consequência do excedente populacional agrícola e do latifúndio rio-grandense, estimulou a ocupação desta área. No sentido de estimular a vinda destes migrantes, em 1943 o Governo Federal criou a Colônia Agrícola Nacional General Ozório (CANGO).

Para tanto, o Governo Federal prestava muito apoio aos migrantes que estavam chegando a região, como atestamos na entrevista concedida por Izaura Cordeiro da Silva:

Recebiam tudo da CANGO: casa, medicamentos, sementes, ferramentas. Não faltava nada e tudo grátis. Eram tempos bons! O povo não soube aproveitar. Não era permitido que ninguém vendesse nada do que ganhavam. Se quebrasse alguma ferramenta era preciso devolvê-la para ganhar outra. Quem vendia o que tinha ganhado não tinha mais o auxílio da CANGO que para muitas famílias carentes davam até colchão. (Projeto Memória Cultural da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista nº 02 da senhora Izaura Cordeiro da Silva).

Estima-se que, nos dez anos de vigência, a CANGO assentou aproximadamente 6.500 famílias, porém como estas terras estavam *sub judice*, o Governo Federal não concedia as escrituras, e sim um título de posse. Toda esta situação de disputa pela posse das terras no sudoeste culminou com a Revolta dos Posseiros em outubro de 1957 e com a expulsão das companhias imobiliárias. Porém, a legalização das terras só ocorreu a partir em 1962, com a criação do GESOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná), grupo este subordinado ao Gabinete Militar da Presidência da República, que tinha como missão medir, demarcar e dividir os lotes, respeitando a posse e a decisão consentida dos posseiros lindeiros.

A partir da legalização/escrituração das propriedades, iniciou-se na região a elaboração de atividades empenhadas a engrandecerem a Luta Social de 1957, e, conseqüentemente, alguns partícipes. Nota-se que este imaginário vem sendo mobilizado para a construção de uma memória coletiva, mas principalmente seletiva, ficando mais evidentes nos aniversários de municípios, festividades locais e comemorações dos aniversários da Luta Social de 1957.

O mito do colonizador “pioneiro” no sudoeste paranaense

Assistimos nas últimas décadas construções de monumentos públicos voltados à exaltação e glorificação da Revolta dos Posseiros na região sudoeste do Paraná, e se intensificou após as comemorações do cinquentenário da Revolta dos Posseiros. Desta forma, nos inspira a discutir a relação da construção de monumentos de vínculos “pioneiristas” como consolidação, sedimentação, da memória oficial regional, levando em consideração que o imaginário pode atuar como força reguladora da vida coletiva.

Neste sentido, têm ocorrido diversas manifestações por parte do poder político e econômico regional intitulado o “pioneiro”² como símbolo³ do “labor, progresso, desenvolvimento e trabalho”, porém o que chama atenção é a utilização da Revolta dos Posseiros para a promoção destes símbolos e deste imaginário social, sendo que tais ações não são reivindicadas pelos posseiros, e sim construídas

em torno deles. Aproveitando as palavras de Calvino, “repete-se os símbolos para que a cidade possa existir!” (CALVINO, 1990, p. 23).

A invenção de uma representação onde o sudoeste paranaense se encontrava desocupado ou destituído de pessoas adestradas para elevá-lo ao estágio do progresso econômico é atribuída à dilatação do capitalismo que “[...] incorpora uma nova área ao seu sistema produtivo, desmistificando a noção de um processo harmonioso e pacífico elaborado pela ótica colonialista.” (MOTTA, 1994, p. 9). Desta forma,

[...] os responsáveis pela projeção do imaginário das *terras virgens*, bem como pelo surgimento do mito do *pioneiro colonizador*, são agentes determinados da sociedade nacional. Através de discursos e ações, estes núncios dos poderes instituídos, dentre os quais se incluem as companhias colonizadoras, representantes governamentais, os geógrafos dos anos de 1930 a 1950 e historiadores desta mesma época, vinculados às Universidades e voltados para a pesquisa de temas paranaenses, fornecem o substrato que legitima a atuação dos conquistadores contemporâneos. (RIBEIRO, 2005, p. 28).

A presença dos indígenas e do caboclo que já ocupavam o sudoeste do Paraná desde tempos imemoriais é irrelevante para os sulistas, eles não constituem uma construção histórica, negando-lhes a possibilidade de serem reconhecidos como sujeitos na história regional, e tampouco podem ser reconhecidos como agentes históricos. Assim as

[...] lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas! E para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 2002, p. 17).

Pois a figura do migrante sulista se adapta melhor ao discurso na construção de uma memória oficial, já que seus descendentes constituem a grande maioria da população estudada neste ensaio. Eles se ajustam melhor aos interesses dos grupos políticos da área

discutida, sendo oriundos do Sul do País, onde trazem consigo a ideia de desenvolvimento e progresso gaúcho⁴, considerados em seus discursos como em estágio de desenvolvimento cultural mais avançado. Exaltar a descendência gaúcho-católica colonizadora, esquecendo outros grupos étnicos, é massagear o ego dos seus descendentes. Alienar a população por meio da memória coletiva é uma ação política de poder que facilita a condução em momentos oportunos, como os períodos eleitorais.

A partir do início deste século, o poder público regional vem produzindo uma história modelada que visa fixar a noção de que o lugar, a terra, juntamente com as pessoas apresentadas como pioneiras formaram o composto predestinados ao progresso. Utilizando um discurso onde tais ocupantes são descritos como pessoas que souberam utilizar bem a terra, efetuar bons negócios; sendo responsáveis pelo progresso econômico de toda a região. E por transformarem o sertão de araucária em cidade, foram eleitos os “heróis” verdadeiros do processo dentro de um projeto de colonização, transformando a cidade natureza em cidade urbana. Desta forma, está sendo escrita uma História que tem por principal motivação a instituição de uma memória de vencedores em uma narrativa de progresso, tendo como público-alvo o público estudantil e população local.

Paralelo à edificação de monumentos, em específico na cidade de Francisco Beltrão (PR), o poder público municipal está produzindo uma história escrita da cidade com o intuito de destacar a origem e fortalecer o enaltecimento de determinados atores do passado; ancorados em seus feitos que promoveram o enriquecimento familiar, ou seja, valorizar os que conseguiram a ascensão socioeconômica dando glórias ao migrante gaúcho e católico. A análise da atuação destes “heróis regionais” durante o processo de ocupação e colonização, discutida em outra oportunidade, gera dúvida sobre a moralidade política e derradeiros interesses pessoais destes agentes históricos que foram selecionados para compor o panteão de heróis regionais (ZATTA; RIPPEL, 2013, p. 56-62).

O mito⁵ do “pioneiro” no sudoeste paranaense tem como

principais alegorias simbólicas o migrante católico pobre, procedente do estado do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, em que através do bom cultivo da terra ou da realização de bons negócios atinge o enriquecimento próprio, e conseqüentemente o desenvolvimento econômico regional. Com o poder econômico dentro de um grupo que valoriza o bem material, tais atores conseguiram prestígio e reconhecimento social sendo eleitos para fazerem parte da memória da cidade, silenciando a memória de qualquer um que não seja membro do arquétipo esperado. Sintetizando, a História da cidade atualmente inventada está silenciando memórias e atores que fizeram parte da história regional, pessoas que por não terem atingido o sucesso financeiro, por outra opção religiosa ou que tenham cultura e origem diferenciada como os caboclos e indígenas. Pois nem todos os migrantes que ajudaram construir a região num lugar próspero conseguiram enriquecer!

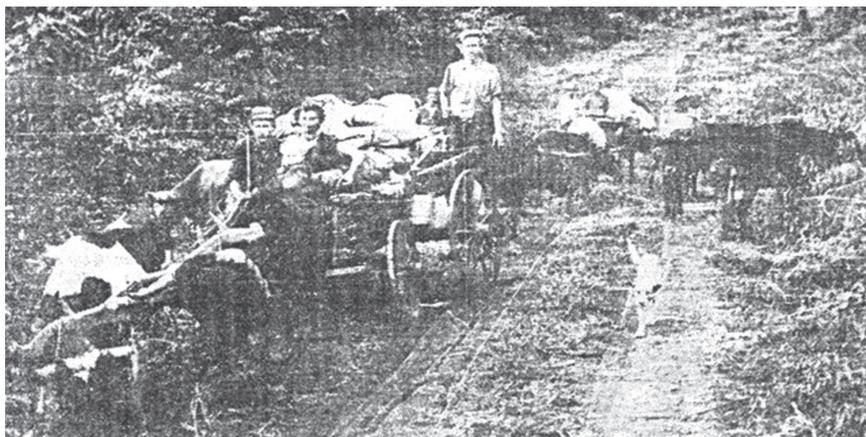
Sabemos que Félix em seus estudos sobre história e memória nos alertara sobre as “*zonas de sombras*”, ou seja, os silêncios e não ditos, originados pelos discursos que são decorrentes da angústia de não encontrar escuta, demonstrando o medo dos indivíduos ou dos grupos sociais de serem punidos ou de se exporem a mal-entendidos. Por isso, o historiador deve estar vigilante quanto a “[...] o uso do esquecimento com a possibilidade de manipulação da memória e suas apropriações por interesses políticos.” (FÉLIX, 2004, p. 45). Além do mais, o trabalho de construção do esquecimento pelos grupos é fundamental por que se trata da eliminação de lembranças individuais que não interessam mais ao coletivo (TEDESCO, 2004, p. 210).

De forma quase que unânime, os municípios que compõe o sudoeste do Paraná têm elegido, por intermédio do poder público instituído, alguns “pioneiros” como “heróis” da colonização (ZATTA; RIPPEL, 2013, p. 63). Paralelo à eleição destes heróis/pioneiros da região, indivíduos que prosperaram economicamente tornando-se símbolos de labor e progresso, vincula-se a construção de monumentos de liames “pioneiristas” acoplados diretamente à História da colonização oficial e à Revolta de 1957.

Monumento ao Pioneiro, jubileu do ouro de Francisco Beltrão 1952/2002

Monumento que foi construído, basicamente, a partir de fotografia épica, qual retrata uma família migrante oriunda do estado do Rio Grande do Sul chegando ao Paraná. A viagem de carroça, a tração animal, entre outros elementos expostos, demonstram o sacrifício que os “pioneiros” tiveram que ultrapassar para chegar à região. A partir da emancipação política e administrativa de Francisco Beltrão, que ocorreu em dezembro de 1952, houve uma série de iniciativas tomadas pelo poder político e econômico do município em consolidar este imaginário “pioneirista”. Podemos perceber no monumento em questão, erguido em comemoração aos cinquenta anos de emancipação política administrativa da cidade, cuja denominação foi dada como “Monumento ao Pioneiro, jubileu do ouro de Francisco Beltrão 1952/2002.”

Figura 1 – Migrante sulista chegando ao Sudoeste do Paraná



Fonte: Jornal O Estado do Paraná. Curitiba, ano VII, p. 6, 26 de julho de 1957.

O local escolhido para se erigir o monumento em homenagem ao “pioneiro” não foi neutro. O monumento encontra-se em um local cujo nome é Praça ao Pioneiro, localizado no bairro da Cango, na rua General Ozório, uma das principais e mais movimentadas ruas de

Francisco Beltrão. Se percebermos o monumento em sua localização geográfica, nota-se que se encontra no que foi considerado um dos pontos estratégicos durante a Revolta de 1957; pois fica em frente à antiga instalação da Colônia Agrícola General Osório (CANGO) e muito próximo do escritório das companhias imobiliárias, que teria sido invadido pelos posseiros na eclosão da revolta.

O monumento do “pioneiro” está permeado do imaginário do grupo político e econômico regional, o grupo social que o idealizou, visando incutir entre os cidadãos de Francisco Beltrão uma visão particular do processo de colonização da área. Durante décadas os aspectos sociais do município, e da região, foram dissolvidos em ideologia que teve por objetivo moldar o imaginário social coletivo num sentido considerado apropriado.

Figura 2 – Monumento ao Pioneiro, jubileu do ouro de Francisco Beltrão 1952/2002



Fonte: elaborada para esse estudo.

Em uma placa comemorativa do monumento consta o nome do governador Jaime Lerner (PFL), do prefeito municipal Vilmar

Cordasso (PP), do vice-prefeito Wilmar Reichembach (PSDB), do presidente da Câmara dos Vereadores, Celmo Albino Salvadori (PP), deputado estadual Ademar Traiano (PSDB), do idealizador do projeto engenheiro Valnei Ghedin, o projeto arquitetônico é de Sônia Faust, então secretária do Urbanismo, a construtora é a Montemezzo Engenharia Ltda. e a escultura em concreto é de Mak’s escultor. Na referida placa está escrito:

Oriundo principalmente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, vindos a cavalo, carroças ou caminhões abrindo picadas, transpondo rios e pontilhões, enfrentando poeiras e atoleiros. Aqui chegaram famílias inteiras amparadas pela CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Ozório) e deram início a efetiva colonização desta terra. Com determinação e iniciativa de **pioneiros** plantaram aqui seus sonhos que logo floresceu – singela Vila Marrecas. Hoje colhemos os frutos – próspera e acolhedora cidade de Francisco Beltrão. A eles, nossos heróis pioneiros, modelos de fé, coragem e esperança, aos quais devemos tudo o que temos e somos, aqui deixamos nossa gratidão.

Está explícito na placa que o sulista “pioneiro” foi o primeiro a chegar na região, negando a presença dos indígenas e caboclos que aqui estavam, e logo na sequência diz que o “pioneiro” tem determinação e iniciativa. Nesse sentido, pode-se compreender que para os idealizadores do monumento as pessoas que aqui habitavam anteriormente não tinham determinação e iniciativa, muito menos se exerciam outra relação com a propriedade da terra e com a floresta. Assim, no sudoeste, nesse caso em Francisco Beltrão, o “colonizador” gaúcho, em razão de seu predomínio político-econômico, impôs aos indígenas e caboclos os padrões culturais que trouxe consigo, desprezando os legados culturais indígenas e a cultura cabocla. Evidentemente, trata-se de uma concepção daquela história que projeta o destino da sociedade, decidido por poucos homens, em que os acontecimentos cotidianos são apagados, e a participação da população é, no máximo, pano de fundo. A então ultrapassada História Política dos fatos, datas e heróis...

A placa comemorativa ainda enaltece o sulista como herói, modelo

de fé, coragem e esperança, onde o poder político e econômico entende por herói, por modelo de fé e esperança uma visão etnocêntrica e preconceituosa, em relação à diversidade cultural e religiosa dos que habitavam estas terras antes da política de ocupação colonizadora, qual silenciou a cultura e os traços étnicos dos que habitavam a região.

Os ocupantes do poder político e econômico regional conseguiram uma quantia de força social suficiente para impor seu imaginário social em torno do labor do progresso e do mito pioneirista, onde todos os indivíduos diferentes se representam como iguais. Desta forma, conseguiram a “possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder” e assim definiram e continuam definindo de forma legítima seu poder (BOURDIEU, 1989, p. 29).

Segundo Bourdieu, as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação, quer por meio da própria produção simbólica, quer por meio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem aos interesses dos dominantes “por acréscimo”, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada (letrados ou intelectuais e artistas, segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização (BOURDIEU, 1989, p. 12).

Enfatizar o legado cultural dos migrantes gaúchos descendentes de europeus na formação social de Francisco Beltrão não significa dizer que nada sobrou das outras etnias. Entretanto, o legado do índio e do caboclo foi limitado e, além do mais, adulterado pelo fato de ser preciso enquadrá-lo num contexto social em que o colonizador eurodescendente ditava normas e impunha seus valores.

Monumento à Revolta dos Posseiros (1957)

O segundo monumento a ser analisado, e que chama a atenção para quem visita a cidade de Francisco Beltrão, é o monumento comemorativo em homenagem aos posseiros cuja edificação foi uma das atividades da comemoração do cinquentenário da Revolta

de 1957.

Figura 3 – Monumento à Revolta dos Posseiros – 50 anos 1957 a 2007

O monumento não é uma reivindicação por parte dos posseiros, muito menos uma criação livre do artista que produziu, e sim uma



Fonte: elaborada para esse estudo.

encomenda construída a partir de fotografia e solicitada pelo poder político. Tal monumento é uma reprodução factual de um registro fotográfico e demonstra uma passeata dos posseiros no dia 10 de outubro de 1957 durante a eclosão da revolta. Arrisca-se afirmar que esta fotografia seja talvez o símbolo mais divulgado da Revolta de 1957, cuja originalidade foi contestada por dizer-se que ela foi pensada pelos líderes do movimento e sido confeccionada alguns dias após o término da revolta. De acordo com as conversas informais este é o motivo das pessoas retratadas estarem limpas e barbeadas empunhando a bandeira do Brasil. O ângulo da fotografia também abre suposições e questionamentos, pois não apresenta paisagem ou multidão, nada além de dez integrantes previamente selecionados.

Figura 4 – Posseiros, Revolta de 1957: Sr. Olívio Giusti (segurando a bandeira), Sr. Luis Lorenazeti e Sr. Nelson Meca

A escolha do local da construção do monumento está distante de representar uma neutralidade ou ocasionalidade, ergueu-se na



Fonte: acervo do Departamento de Cultura Memorial de Francisco Beltrão (PR).

principal avenida da cidade, Júlio Assis Cavalheiro, na lateral da praça central em frente à Igreja Matriz. Exatamente no epicentro das aglomerações ocorridas no dia 10 de outubro de 1957, tomada de Francisco Beltrão pelos posseiros durante a Revolta de 1957.

As comemorações públicas no sudoeste do Paraná têm reconhecido os posseiros como agentes históricos e enaltecem e projetam alguns nomes na cena política municipal e regional, pois o monumento é potência de significatividade. Nesse caso, o “pioneiro” é uma energia de potência que tem uma força impressionante, transmite um ideário de progresso, promessa de felicidade, é uma energia estética que catapulta e faz as pessoas/espectadoras a se identificar com a imagem.

Considerações finais

Se a História é ao mesmo tempo a ciência do passado e a ciência do presente, cabe ao pesquisador contemporâneo a tentativa de dialogar com esse passado, que, embora pareça distante, ganha vida e sentido com as perguntas que o presente lança para este passado com as relações que se estabelecem e com a forma com que são escritas. Assim, o pesquisador tem o intuito de deixar vir à tona vozes esquecidas e marginalizadas pela História oficial, mas que nem por isso deixaram de inscrever suas marcas.

Os referidos monumentos ajudaram a constituir um imaginário social coletivo de invenção da realidade. Desta forma, os

[...] sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica. (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Houve, nesse sentido, um esforço imódicico por parte de poder político regional e de uma elite econômica, em criar um imaginário social coletivo, no qual os indivíduos mesmo diferentes se sentissem parte de uma coletividade comum, em que o “pioneiro” migrante

sulista é o símbolo de progresso, econômico e cultural; em detrimento as outras etnias. Pois a “[...] memória é um dos suportes essenciais para o encontrar-se dos sujeitos coletivos, isto é, para a definição dos laços de identidade.” (FÉLIX, 2004, p. 33).

Os grupos dominantes têm forjado uma representação coletiva de homogeneidade regional, para se beneficiarem politicamente e economicamente através da utilização de marcas materializadas, neste caso e em específico, por meio dos monumentos em homenagem aos “pioneiros”. De acordo com Roger Chartier, as

[...] representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p. 17).

Pode-se identificar que a intensificação de obras e memoriais voltados à massificação do “pioneiro” sulista no sudoeste do Paraná tem se mostrado uma prioridade das administrações municipais, tomadas como atividades políticas com fins políticos de sedimentar uma memória apropriada sobre o passado; bem como eleger um imaginário composto pelo “herói pioneiro”.

Notas:

* Graduado em História pela Universidade Paranaense (2006). Mestre em História Regional pela Universidade de Passo Fundo (2009). Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (2012). Bolsista CAPES/CNPQ.

** Graduado em História pela Universidade Paranaense (2008). Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (2013). Atualmente diretor do Colégio Três Corações e coordenador de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Ampere.

¹ Movimento social ocorrido no sudoeste do Paraná em 1957, definido pelo embate entre posseiros estabelecidos pela Colônia Agrícola General Osório (CANGO) com os jagunços das companhias imobiliárias, é apresentado pela bibliografia pertinente com distintas denominações: Revolta de 1957, Revolta dos Colonos, Revolta dos Posseiros, Levante de 57 e Luta Social de 1957.

² Pensamos o termo “pioneiro” como sendo a representação pela qual o poder público regional está apresentando homens e mulheres como sendo os primeiros habitantes a fazer no sudoeste paranaense, em específico para este estudo na cidade de Francisco Beltrão (PR), sendo estes os ditos responsáveis pelo progresso e desbravamento da área de matas de araucária.

³ Neste estudo adota-se a definição de símbolo como palavras, imagens, objetos que está re-

presentando algo imagético, sendo ele uma forma essencial no processo de comunicação no cotidiano dos grupos humanos.

⁴ O sudoeste paranaense foi colonizado por rio-grandenses e catarinenses, portanto o termo gaúcho se refere aos que possuem a cultura gaúcha e não em específico às pessoas nascidas no estado do Rio Grande do Sul, que seriam os rio-grandenses.

⁵ Para Schmidt, o mito “[...] integra os aspectos que acompanham o percurso histórico da memória dos grupos sociais. Desse modo, o ponto de associação entre memória e mito, estabelecendo em circunstâncias peculiares, reside no exercício reiterativo de transmissão social da lembrança. Sendo assim, o mito deve ser entendido como um dos vários elementos que compõe a memória coletiva, onde a lembrança é caracterizada como momento que une dialogicamente estas manifestações socioculturais.” (SCHMIDT, 2001, p. 37).

Referências

ACERVO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA. Memorial de Francisco Beltrão-PR.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre prática e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: UPF, 2004.

JORNAL O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, ano VII, 26 jul. 1957.

MOTTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: EDUEM, 1994.

PROJETO MEMÓRIA CULTURAL da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista n° 02 da Senhora Izaura Cordeiro da Silva.

RIBEIRO, Sarah Yurkv Gomes Tibes. O guarani no Oeste Paranaense: espacialidade e resistência. **Espaço Plural**, Marechal Cândido

Rondon, n. 13, p. 27-30, segundo semestre de 2005.

SCHMIDT, Róbi J. **Cenas da constituição de um mito político: memória de Willy Barth**. Cascavel: Edunioeste, 2001.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

ZATTA, Ronaldo; RIPPEL, Leomar. A eleição de “heróis” pioneiros na revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do paraná. **Revista IDeAS: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 43-68, 2013.

Recebido em 09 de setembro de 2013.
Aprovado em 11 de dezembro de 2013.

Abstract

The buildings facing public monuments to the exaltation of the Revolt of Squatters-1957 in southwestern Paraná, intensified in the last decade by the regional authorities constituted, have called attention! This inspired us to discuss the relationship of building monuments links “pioneiristas” as a form of memory consolidation regional officer, taking into account that the imaginary can act as regulatory force of collective life. This article discusses two monuments raised in the town of Francisco Beltrão-PR in honor southerners from Rio Grande do Sul and Santa Catarina. The first monument references the “pioneers” on the occasion of the fiftieth anniversary of the city of Francisco Beltrão, the second refers to the fiftieth anniversary of the Revolt of Squatters. Monuments which appear to have distinct purposes, but that meet unique designs, serving as the perpetuation of political power in the region constituted.

Keywords: Imaginary. “Pioneered”. Monuments.